



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16817 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 16ª Reunião Científica Regional da ANPEd - Sudeste (2024)  
ISSN: 2595-7945  
GT 15 - Educação Especial

**ESTRATÉGIAS PARA O INGRESSO NO MUNDO DO TRABALHO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA: DESAFIOS DA VIDA APÓS A ESCOLA.**

Bruno de Souza Moreira Porto Rocha - UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

**TÍTULO: ESTRATÉGIAS PARA O INGRESSO NO MUNDO DO TRABALHO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA: DESAFIOS DA VIDA APÓS A ESCOLA.**

**PALAVRAS-CHAVE:** Transição Escola-Trabalho, Plano Individualizado de Transição, Jovens com deficiência, Mercado de Trabalho, Inclusão.

## **INTRODUÇÃO**

Com o avanço do reconhecimento dos direitos das Pessoas com Deficiência (PcD), podemos observar uma mudança no perfil dos estudantes que frequentam a Educação Básica, especialmente sua fase final, o Ensino Médio. Dados do Censo Escolar de 2023 apontam o aumento nas matrículas de estudantes com Necessidades Educativas Especiais (NEE) nas classes regulares em todos os segmentos da educação básica, em uma janela de pouco mais de uma década de 2011 a 2023 (BRASIL, 2023).

A maior longevidade educacional desses sujeitos expõe novos desafios no processo de inclusão, que ainda se manifestam como desconforto, tanto pela comunidade escolar quanto pelos responsáveis, acerca das incertezas da vida pós-escolar. Quais são os seus objetivos após a conclusão da escola? Existem caminhos que a escola possa contribuir para o período de transição à vida independente do estudante? Para buscar entrar nesse debate, esta pesquisa analisa o processo de transição para a vida pós-escolar, mais especificamente o ingresso no mundo do trabalho, por meio da discussão sobre o Plano Individualizado de Transição (PIT), tendo como foco um estudo de caso sobre o uso dessa metodologia voltada para a reflexão sobre o futuro desses estudantes que acompanho como educador.

## O JOVEM COM DEFICIÊNCIA EM PERÍODO DE TRANSIÇÃO

Para os jovens em geral, o processo de transição escola-trabalho (TET) é algo que costuma despertar bastante angústia, justamente pelas incertezas deste período. Como Bourdieu ressalta no artigo “Juventude é apenas uma palavra”, considerar os jovens como um grupo homogêneo é um grande equívoco, visto que quando estudados deveriam ser tratados a partir da pluralidade que este segmento etário apresenta em suas vivências (Bourdieu,1981). Para os jovens com deficiência por ser também bastante angustiante, visto que ainda lidamos com uma sociedade culturalmente capacitista.

As legislações são elaboradas a partir das demandas da sociedade e na última década tivemos a publicações de leis importantes no cenário nacional dos jovens com deficiência. Como por exemplo o Estatuto da Juventude, que prevê o estímulo a formação, qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho (BRASIL,2013).

Pensando no processo de Transição Escola-Trabalho, qual seria o papel da escola para fazer jus ao estímulo necessário e a preparação para este estudante ocupar um espaço digno no Mercado de Trabalho? Atualmente existe um debate internacional e que aos poucos vem começando a ser pensado no cenário nacional, que é o PIT. Que segundo Redig (2024) o PIT é documento condutor do processo de transição e sendo também um complemento do PEI, que deve ser elaborado de forma colaborativa, entre a comunidade escolar, responsáveis, equipe que faz o acompanhamento do estudante fora da escola e o jovem com deficiência (JcD), que deve ser a peça central da construção deste documento (REDIG, 2024). Nesse processo o JcD é estimulado a refletir sobre seus desejos, e a partir disso serão pensadas estratégias pedagógicas para que alcance com mais autonomia as oportunidades de ingresso no mercado de trabalho.

A proposta deste trabalho, ainda em andamento, é trazer para as práticas da educação especial na perspectiva inclusiva discussões que atravessam os campos da sociologia da educação e do trabalho, através da análise de documental e produções acadêmicas nacionais e internacionais, para tratar conceitos tradicionais, mas adequando-os às questões dos estudantes com deficiência. Um exemplo é o atual debate sobre o conceito de trabalho decente, na perspectiva defendida de Organização Internacional do Trabalho, que propugna que trabalho decente é aquele que permite ao jovem combinar trabalho, estudo, vida familiar e lazer. No caso dos jovens com deficiência, essas questões são acrescidas pelas necessidades de as empresas investirem em tecnologias assistivas e desenho universal como garantias necessárias para efetivar condições igualitárias de emprego. Repensar essas condições de empregabilidade em um mundo onde os empregos formais tornam-se uma tarefa mais árdua, pois escapa à própria capacidade de regulação das políticas públicas, que não têm incidência sobre as chamadas forças de mercado. Logo, pensar a transição após a vida escolar de jovens com deficiência é um desafio que envolve o conjunto da sociedade e abre um debate sobre justiça social que seja capaz de alçar a luta por igualdade de oportunidades no trabalho como uma tarefa que não recaia unicamente sobre os professores, como condição necessária ao seu

sucesso.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. **QUESTÕES DE SOCIOLOGIA**. Tradução de Fábio Creder. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **CENSO ESCOLAR 2023**.

BRASIL. **LEI Nº 12.852, DE AGOSTO DE 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.

REDIG, Annie Gomes. **DOCUMENTO NORTEADOR PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO INDIVIDUALIZADO DE TRANSIÇÃO - PIT: PRIMEIROS PASSOS**. 2024. 53 p. ISBN 978-65-258-2195-5.

SILVA, Enid Rocha Andrade; MACEDO, Débora M. B.; FIGUEIREDO, Marina M. A. **TRABALHO DECENTE E JUVENTUDE: CONCILIAÇÃO DOS ESTUDOS, TRABALHO E VIDA FAMILIAR NA JUVENTUDE BRASILEIRA**. Brasília: Organização Internacional do Trabalho (OIT), 2015. ISBN 978-92-2-830639-2.